



Situação política e econômica do país impactam no andamento de setores do comércio exterior

Até poucos meses uma das maiores preocupações do empresariado era a aceleração da aprovação do “Plano de Trabalho do Comitê Nacional de Facilitação de Comércio – CONFAC”, que, visando a desburocratização e facilitação do comércio exterior brasileiro, tinha pressa na implementação do plano de trabalho.

Hoje, no entanto, a grande preocupação permeia o baixo crescimento econômico, o qual impõe cautela quanto à tomada de qualquer decisão, pois inúmeros fatos oriundos da economia e da política nacional impactam diretamente na rotina dos setores do comércio exterior.

Embora a principal demanda econômica atual da sociedade brasileira esteja focada em uma exigência de crescimento, a ausência de ações de efetividade da gestão pública (especialmente a federal) – são responsáveis por garantir a continuidade das políticas de desenvolvimento – é simplesmente frustrante.

Apesar de factível, a agilização do crescimento econômico para incrementar mais rapidamente a renda *per capita* dos brasileiros, não passa de uma

incerteza. Ainda assim, a preocupação com o crescimento jamais deixou a mesa política e continua desafiando a nossa capacidade, estando na pauta de quase todos os encontros entre sindicatos patronais e governo. Mesmo com o pequeno crescimento da economia e os ganhos de produtividade que foram obtidos, com esse quadro de incertezas, dificilmente conseguiremos melhorar substancialmente a renda *per capita* para breve.

Os agravos à nossa economia impactam severamente a sociedade brasileira e a sua capacidade de gerar emprego e renda e ainda desencaminham as perspectivas de investimentos.

Ademais, são vários os *déficits* estruturais da economia brasileira: a qualidade da educação, a infraestrutura de transportes e comunicações, os deploráveis ambientes regulatórios e institucionais e a produção de conhecimento, tecnologia e inovação.

O nível de renda dos países costuma apresentar quatro determinantes virtuosos:

- I) A taxa de investimento.
- II) O crescimento da população economicamente ativa.
- II) Os ganhos de produtividade.
- IV) Diversificação da estrutura produtiva.

Parece que desconhecemos, como povo, as evidências de que o desenvolvimento econômico é imbricado com conhecimento, informações e competências. Infelizmente não aprendemos, que as nações realmente desenvolvidas são aquelas que deram especial atenção às pessoas, à formação e à tecnologia.

Promover mudanças estruturais nestas variáveis e permitir que milhões de brasileiros tenham acesso à saúde, à educação e a postos de trabalho de qualidade é o grande desafio brasileiro.

Os investimentos só florescem em ambientes de simplificada regulação normativa burocrática e de segurança jurídica. O crescimento da população economicamente ativa se dá na razão direta do incremento saudável do ambiente de negócios e na confiança no futuro.

O último grande salto de produtividade se deu nos anos 70; desde então, o Brasil pouco evoluiu quanto à produtividade do trabalho, o que prejudica a competitividade. A diversificação da estrutura de produção tem sido uma contínua – mas insatisfatória – preocupação de diversas administrações.

É possível propor algumas medidas práticas para a formulação de uma política comercial mais moderna, capaz de desencadear um processo virtuoso no qual comércio externo e inovação alavanquem a produtividade, a competitividade e ampliem o potencial de acesso do produto brasileiro aos mercados externos.

A internacionalização das empresas, por exemplo, que contribui para fortalecer a competitividade e a produtividade. Empresas grandes, *players* globais, significam acesso à capital, experiência, cultura, tecnologia e mercados e maior imunidade perante a volatilidade dos mercados internacionais.

É necessário elaborar uma nova política e estratégia de apoio às instituições sindicais patronais de investimentos diretos. Assim elas conseguirão defender políticas públicas de desenvolvimento, com foco na criação de um bloco de empresas que ajude o país no fortalecimento da inserção internacional.

É preciso também, propor um “fórum nacional de debate”, com medidas para celebrar acordos de facilitação e investimento, para induzir, no médio prazo, mudanças qualitativas nos fluxos de metas e temas, que possam apoiar o governo e o país, nos projetos de maior capacidade de mobilização da estrutura produtiva e integração nas cadeias globais de valor.

Além destas questões que parecem intuitivas, entendo que a meta de incrementar o produto interno bruto (PIB) de forma sustentável e com inclusão, demandará um esforço de toda a Nação focada no:

- I) Equilíbrio das contas públicas.
- II) Aprimoramento da qualidade do gasto público.
- III) Continuidade da redução das desigualdades sociais e regionais

- IV) Apoio à atuação saneadora dos órgãos de controle (Polícia, Ministério Público e Judiciário), que conseguiram se tornar independentes do controle da classe política e com a sociedade incorporam e defendem os valores da probidade no trato da coisa pública e no forte combate à corrupção.
- V) Choque de liberalismo econômico.
- VI) Modernidade social, especialmente na questão dos costumes.



Este é um bom roteiro para compararmos com as propostas que surgirão no debate político eleitoral nacional que se avizinha, para que não percamos nossos votos e colaborem com o surgimento de um país cuja realidade seja um pouco mais próxima daquele ideal que todos trazemos em nossas convicções de brasilidade.

Luiz Ramos
Presidente

COMITEC 
COMITÊ TÉCNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR
E FISCAL

 **SINDICOMIS** 
Filiado à FecomercioSP
SINDICATO DOS COMISSÁRIOS DE
DESPACHOS, AGENTES DE CARGA
E LOGÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ACTC 
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS
TRANSITÁRIAS, AGENTES DE CARGA
AÉREA, COMISSÁRIAS DE DESPACHOS
E OPERADORES INTERMODAIS